



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

**PETIÇÃO 9.833/DF – ELETRÔNICO**

**RELATORA: MINISTRA CÁRMEN LÚCIA**

**REQUERENTES: ALENCAR SANTANA BRAGA E OUTROS**

**REQUERIDO: JAIR MESSIAS BOLSONARO**

**PETIÇÃO ASSEP-CRIM/PGR 437507/2021**

Excelentíssima Senhora Ministra Cármen Lúcia,

Trata-se de notícia-crime subscrita pelos Deputados Federais ALENCAR SANTANA BRAGA, HENRIQUE FONTANA JÚNIOR, ROGÉRIO CORREIA DE MOURA BAPTISTA, ELVINO JOSÉ BOHN GASS, JOÃO SOMARIVA DANIEL, PEDRO FRANCISCO UCZAI, LEONARDO CUNHA DE BRITO, ÉRIKA JUCÁ KOKAY, ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR e NILTO IGNÁCIO TATTO, por meio da qual atribuem ao Presidente da República a suposta prática dos crimes eleitorais previstos nos arts. 323 e 326-A do Código Eleitoral, de ato de improbidade administrativa (art. 10, IV, da Lei 8.429/92) e das infrações de propaganda eleitoral antecipada (art. 36-B da Lei 9.504/97) e de abuso do poder econômico ou de autoridade (art. 22 da Lei Complementar 64/90).

Os noticiantes afirmam que, *“no dia de ontem, 29 de julho de 2021, o representado utilizou a empresa pública EBC – EMPRESA BRASIL DE*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*COMUNICAÇÃO S/A, por meio da TV BRASIL, por mais de duas horas, para fazer propaganda política antecipada, atacando adversários políticos, partidos e o C. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, na pessoa de seu presidente e membro dessa Excelsa Corte o Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO, em evidente e escandaloso abuso do poder econômico e político e claro objetivo de promoção pessoal e eleitoral”.*

Relatam que, anteriormente, o noticiado já teria feito uso de espaço na TV Brasil, no dia 21 de julho de 2021, para “*divulgar ataques insidiosos ao TSE e a adversários políticos, em pleno exercício da presidência da república, como é possível se observar no link URL <https://www.youtube.com/watch?v=im2R1oLNDIE>, incorrendo em manifesto ato de improbidade administrativa, de propaganda eleitoral antecipada e de crime eleitoral”.*

Mencionam que, na mesma primeira ocasião, o Presidente da República teria feito a seguinte indagação: “*É justo quem tirou o Lula da cadeia, quem o tornou elegível, ser o mesmo que vai contar o voto numa sala secreta no TSE?”.*

Sustentam que, diante de tais fatos, os alegados crimes, infrações e ato de improbidade administrativa estariam caracterizados.

Ao final, pugnam pela instauração de inquéritos, para fins de:

- a) *Apuração de ato de improbidade administrativa por violação ao § 1º do art. 37 da Constituição Federal e ato de improbidade previsto no art. 10, inciso IV da Lei 8429/92, devendo o repre-*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*sentado ressarcir aos cofres públicos o valor correspondente aos valores praticados pelo mercado e/ou pela TV BRASIL para o tipo e o tempo de transmissão realizada em sua rede nacional, sem prejuízo de multa e perda dos direitos políticos, além do cargo público;*

*Apuração de propaganda eleitoral antecipada nos termos do art. 36-B da Lei 9504/97, com aplicação de multa de até R\$ 25.000,00;*

*b) Apuração de abuso de poder político e econômico em benefício do representado, nos termos do art. 22 da Lei Complementar 64/90;*

*c) Apuração dos crimes eleitorais previstos nos arts. 323 ou 326-A do Código Eleitoral, ante a possível prática de crime de divulgação de fake news eleitoral, dando causa à instauração de processo por parte da Corregedoria Geral do TSE para investigação acerca das infundadas fraudes no sistema eleitoral apontadas pelo representado.*

Determinou-se o encaminhamento da notícia-crime à Procuradoria-Geral da República, sem fixação de prazo judicial, com as seguintes considerações preliminares:

*A despeito de se ter consolidado não ser deste Supremo Tribunal Federal o foro próprio para conhecimento e julgamento de ação de improbidade contra autoridade pública, há de se considerar que o grave relato apresentado pelos autores da presente Petição conjuga atos daquela natureza com outros que podem, em tese, configurar crime, mais especificamente, de natureza eleitoral, utilização ilegal de bens públicos, atentados contra a independência de poderes da República, o que, após a necessária análise, conduzirá à conclusão sobre a competência para o conhecimento e o processamento da presente Petição.*

*Necessária, pois, seja determinada a manifestação inicial do Procurador-Geral da República, que, com a responsabilidade*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*vinculante e obrigatória que lhe é constitucionalmente definida, promoverá o exame inicial do quadro relatado a fim de se definirem os passos a serem trilhados para a resposta judicial devida no presente caso.*

Esta Procuradoria-Geral da República, em 16/08/2021, manifestou-se pelo arquivamento dos autos, considerando a instauração da **Notícia de Fato 1.00.000.014572/2021-53** no âmbito deste Ministério Público Federal.

Retornam os autos a este Órgão Ministerial, para que, no prazo de 15 dias, sejam juntados os andamentos das apurações que tenham sido adotadas, além de cópia integral da Notícia de Fato instaurada.

É o relatório.

O art. 230-B do Regimento Interno desse STF dispõe que *“o Tribunal não processará comunicação de crime, encaminhando-a à Procuradoria-Geral da República”*.

Ainda, de acordo com o art. 21, XV, do RISTF, cabe ao Relator *“determinar a instauração de inquérito a pedido do Procurador-Geral da República, da autoridade policial ou do ofendido”*.

Cabe ao Ministério Público, **como dominus litis (art. 129, I, da Constituição Federal)**, ou seja, **titular privativo da ação penal**, a apuração preliminar de fatos noticiados supostamente típicos, para discernir,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

oportunamente, ante a constatação de eventual prática de ilícito penal e de lastro probatório mínimo, pela instauração de inquérito policial ou pelo oferecimento de denúncia, à luz do ordenamento jurídico e da jurisprudência desse e. Supremo Tribunal Federal, **preservando-se o sistema constitucional acusatório.**

O encaminhamento de notícia-crime à Procuradoria-Geral da República, ainda que previamente autuada no Supremo Tribunal Federal na classe Petição, enseja análise preliminar a respeito dos fatos descritos, no sentido de identificar se o fato é delituoso, se há detentor de prerrogativa de foro a justificar a atribuição e, ainda, se há elementos mínimos que possam ensejar o início de levantamento de informações, a instauração de inquérito e, se for o caso, o oferecimento de denúncia, deflagrando a ação penal.

No âmbito do Ministério Público, o procedimento extrajudicial adotado para a apuração inicial de notícias de crimes é a Notícia de Fato – NF.

Conforme preceitua o art. 1º da Resolução 174/2017 do CNMP, notícia de fato é *“qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações”*.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Ou seja, o termo Notícia de Fato é utilizado para nominar o procedimento extrajudicial que se instaura no âmbito da atividade-fim da instituição ministerial, a partir de demandas que chegam ao *Parquet* e narram supostas irregularidades.

A Notícia de Fato presta-se, precipuamente, a instrumentalizar a verificação de necessidade/viabilidade (justa causa – lastro mínimo probatório) de instauração de procedimentos próprios (inquérito civil, procedimento preparatório, procedimento administrativo ou procedimento investigatório criminal e ação penal).

Essas Petições têm o intuito de provocar a Procuradoria-Geral da República para, a partir dos fatos nelas descritos, uma análise preliminar, para verificação de elementos mínimos a justificar a instauração de inquérito (este sob a supervisão do Supremo Tribunal Federal) e, potencialmente, ulterior persecução penal.

Uma vez efetivada tal provocação, caso seja instaurado procedimento de averiguação preliminar dos fatos no âmbito do Ministério Público, os autos da respectiva Petição são arquivados no Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o esgotamento de seu objeto.

Nesse sentido, cite-se o quanto decidido nos autos da PET 9.886, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Trata-se de notícia crime proposta por Ricardo Bretanha Schmidt, o qual, ancorado em matérias divulgadas por veículos de comunicação, atribuiu ao Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, a possível prática do crime de advocacia administrativa, previsto no art. 321 do Código Penal.*

*Aduz o seguinte:*

*“No dia 25 de agosto do corrente ano, o jornal Folha de São Paulo publicou matéria jornalística que trata acerca de pedido do presidente Jair Messias Bolsonaro para que sua filha Laura seja matriculada em colégio militar sem passar por processo seletivo, o que é regra nessas instituições. Os fatos relatados pelo jornal são graves e podem indicar a prática do crime de advocacia administrativa, razão pela qual devem ser objeto de apuração pelo parquet.”*

*É o relatório.*

*Bem examinados os autos, registro, inicialmente, que a Carta Política de 1988 consagrou, em matéria de processo penal, o sistema acusatório, atribuindo a órgãos distintos a atribuição de acusar e julgar. O legislador constituinte, nesse sentido, estabeleceu uma rigorosa repartição de competências entre os órgãos que integram o sistema de Justiça.*

*Nessa linha, destaco que tal sistema encontra respaldo em preceitos constantes do art. 5º de nossa Carta Magna, em particular em seus incisos XXXV, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”; LIII “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”; e LIV “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Estas disposições constitucionais, examinadas em seu conjunto, consubstanciam um plexo de garantias cujo objetivo é a mais ampla proteção dos cidadãos quando confrontados com o Estado-juiz.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*Não por acaso, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal dispõe, nos termos do art. 230-B, que “o Tribunal não processará comunicação de crime, encaminhando-a à Procuradoria-Geral da República”.*

*Logo, o processamento de comunicações da possível prática de ilícitos penais, por autoridade com foro perante a Suprema Corte, deve limitar-se, em regra, à simples formalização do conhecimento provocado ao titular da ação penal.*

*Isso posto, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral da República para adotar as medidas que julgar pertinentes. Após, com fulcro no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), julgo extinto o feito.*

*Publique-se.*

*Brasília, 30 de agosto de 2021. – Destaques nossos.*

De todo modo, a Procuradoria-Geral da República, prezando pelo princípio da transparência, sempre que instada, reparte frequentemente com a Corte Constitucional de seus atos de avaliação preliminar quanto a fatos supostamente delituosos noticiados, mas sempre buscando também não inundar a Suprema Corte com o expressivo volume de representações que são diuturnamente formalizadas perante a Procuradoria-Geral da República.

Destaque-se, ainda, que não se diverge da decisão em tela a respeito da obrigatoriedade de supervisão judicial de **inquérito** pela Corte Constitucional, que apura a conduta de detentor de foro por prerrogativa de função, em consonância com a Lei 8.038/90 e o Regimento Interno do Supremo





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Tribunal Federal. Contudo, na hipótese vertente, trata-se de notícia de fato, e não de inquérito, procedimentos que não se confundem.

A título de exemplificação, no período entre janeiro e novembro de 2021, aportaram nesta Procuradoria-Geral da República ao menos **412 (quatrocentos e doze)** representações criminais, sendo tratadas com priorização da adoção de diligências preliminares antes de chegar-se ao arquivamento ou ao pedido de instauração de inquérito. No ano de 2020, esse quantitativo alcançou número superior a **1.000 (mil)** representações criminais. Em desfavor do Presidente da República, apenas nos últimos 12 meses, foram instauradas **25 (vinte e cinco)** notícias de fato.

Essas representações, de volume inegavelmente expressivo, são processadas como notícias de fato na Procuradoria-Geral da República justamente para funcionarem como uma **espécie de purificador e de anteparo** à Corte Constitucional, a fim de não **sobrecarregar** a já pesada estrutura investigativa do Supremo Tribunal Federal, evitando-se que centenas de representações, algumas **apócrifas, desconexas e/ou infundadas**, aterrizem direta e desnecessariamente no campo da supervisão judicial da Suprema Corte.

Nesse contexto de procedimentos desarrazoados, destacam-se as Notícias de Fato **1.15.000.000572/2021-43, 1.18.000.000777/2021-17, 1.22.000.000969/2021-09, NF 1.16.000.002180/2021-81, 1.15.000.000754/2021-14 e**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

1.14.000.001075/2021-08, por meio das quais, certo cidadão, passando-se, falsamente, por SILAS MALAFAIA, noticiou diversas condutas, em tese, criminosas, praticadas por autoridades com foro perante essa Suprema Corte. O suposto noticiante está sendo investigado por cometimento, em tese, de crime de falsa identidade.

Cite-se, também, a PET 9021, autuada a partir de requerimento de CÉLIO EVANGELISTA FERREIRA DO NASCIMENTO, pela qual apresenta notícia-crime em desfavor do Presidente da República e de diversas outras autoridades. O requerente, autointitulado "*Presidente Constituinte do Brasil*", faz diversas afirmações sem aderência à realidade, presumindo a existência de uma conspiração entre diversas autoridades da República e figuras públicas para substituir o Estado Democrático de Direito por um "*Estado paralelo terrorista miliciano de bandidos*".

Ainda, tem-se a PET 9735, autuada a partir de "*INTERPELAÇÃO JUDICIAL, e, internamente, como NOTITIA CRIMINIS*" apresentada pelo advogado Henrique Luiz Lopes Quintanilha, por meio da qual atribui ao Presidente da República Argentina ALBERTO FERNÁNDEZ a prática, em tese, do crime de racismo, não indicando, todavia, a capitulação da conduta praticada.

Assim, a Notícia de Fato constitui, *mutatis mutandis*, procedimento análogo às "verificações de procedências das informações", medidas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

preparatórias de eventual instauração de inquérito policial, como prevê expressamente o art. 5º, § 3º do Código de Processo Penal<sup>1</sup>. Sobre a matéria, Renato Brasileiro esclarece:

*Como o próprio nome sugere, cuida-se de investigação preliminar e simples, verdadeiro filtro contra inquéritos policiais temerários, que possibilita a colheita de indícios mínimos capazes de justificar a instauração de um inquérito policial. Sua instauração, muito comum diante de denúncias anônimas, afasta a possibilidade de imputação do crime de abuso de autoridade do art. 27 da Lei n. 13.869/19, vez que o parágrafo único desse dispositivo prevê que não haverá crime quando se tratar de investigação preliminar sumária, devidamente justificada. As diligências levadas a efeito nesses procedimentos – comumente chamados de verificação de procedência de informações (“VPI”) – são relativamente simples e devem ser documentadas em relatórios. [...] Seu fundamento normativo é extraído do art. 5º, §3º, do CPP, in fine. (Brasileiro, Renato. Manual de processo penal. 8ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 198) – Grifo nosso*

Mencione-se, igualmente, a “investigação preliminar” de que cuida o art. 183 da Instrução Normativa 1/1992 da Polícia Federal em relação à instauração de seus inquéritos, e que já foi objeto de exame nesse Supremo Tribunal Federal:

<sup>1</sup> § 3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*Firmou-se a orientação de que a autoridade policial, ao receber uma denúncia anônima, deve antes realizar diligências preliminares para averiguar se os fatos narrados nessa "denúncia" são materialmente verdadeiros, para, só então, iniciar as investigações. 2. No caso concreto, ainda sem instaurar inquérito policial, policiais civis diligenciaram no sentido de apurar a eventual existência de irregularidades cartorárias que pudessem conferir indícios de verossimilhança aos fatos. Portanto, o procedimento tomado pelos policiais está em perfeita consonância com o entendimento firmado no precedente supracitado, no que tange à realização de diligências preliminares para apurar a veracidade das informações obtidas anonimamente e, então, instaurar o procedimento investigatório propriamente dito. (HC 98.345/RJ) (grifado)*

De todo modo, considerando a disposição de acompanhamento próximo das notícias de fato em curso na Procuradoria-Geral da República, o Ministério Público Federal não se opõe a compartilhar todos os apuratórios preliminares, com potencialidade ou não de instauração de inquérito sob supervisão judicial, quando for o caso.

No caso da **Notícia de fato 1.00.000.014572/2021-53**, instaurada a partir da notícia-crime apresentada pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro ROBERTO BARROSO, nos autos da **PET 9842**, em face de JAIR MESSIAS BOLSONARO, com vistas a apurar condutas criminosas, perpetradas, em tese, pelo Presidente da República, a partir de seu



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

pronunciamento feito em 29 de julho de 2021<sup>2</sup>, algumas medidas foram adotadas por este *Parquet*. No entanto, aguardam a finalização dos trâmites internos que, tão logo ocorram, serão encaminhadas a essa Suprema Corte.

Ademais, os fatos noticiados também estão sendo apurados em outros procedimentos correlatos a seguir listados:

- 1) **NF-PGR 1.00.000.018977/2021-61** – Procedimento instaurado com vistas a apurar suposta prática de campanha eleitoral antecipada, de abuso de poder político e de promoção pessoal pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro, ao utilizar a TV Brasil, administrada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para transmissão de seu posicionamento quanto às eleições no Brasil, no dia 29/07/2021. A Notícia de Fato está localizada na Assessoria Jurídica Eleitoral Extrajudicial da PGR (PGR/AJEEO/SAFE)
- 2) **NF-PGR 1.00.000.021397/2020-70** (Anexo **NF-PGR 1.00.000.001765/2021-44**) – Procedimento instaurado com vistas a apurar declarações proferidas pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, sobre a possibilidade de fraudes no processo de coleta e de apuração de votos eletrônicos no Brasil. *“Jair Messias Bolsonaro manifesta desconfiança com a segurança do voto*

<sup>2</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE30AVpHY>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*eletrônico, alega suposta fraude no processo de coleta e de apuração de votos". O Procedimento está localizado na Assessoria Criminal Extrajudicial da PGR.*

Ainda no contexto da possível disseminação de notícias fraudulentas no tocante ao sistema de votação eletrônico brasileiro, com intuito de lesar ou expor perigo de lesão independência do Poder Judiciário e o Estado de Direito, há também a instauração, por essa Suprema Corte, dos INQ 4781, 4874 e 4878.

Nos autos do INQ. 4781, o Ministro Alexandre de Moraes atendeu o pedido do Tribunal Superior Eleitoral e determinou a instauração de investigação contra Jair Bolsonaro em razão das alegações proferidas, por meio de *live* realizada no dia 29 de julho de 2021, sobre possíveis fraudes nas urnas eletrônicas, promovendo, ainda, ameaças às eleições de 2022.

As condutas apontadas na representação apontam a prática, em tese, de delitos de calúnia, difamação, injúria, incitação ao crime, apologia ao crime, associação criminosa e denúncia caluniosa, além de delitos insertos na LSN e no Código Eleitoral.

O INQ 4878 (distribuído por dependência ao INQ 4781), por sua vez, foi instaurado a partir de *notitia criminis* encaminhada pelo Tribunal Superior Eleitoral, com vistas a apurar a divulgação de dados de inquérito sigiloso da Polícia Federal pelo Presidente da República, por meio de perfis



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

verificados nas redes sociais, visando, em tese, a “*expandir a narrativa fraudulenta que se estabelece contra o processo eleitoral brasileiro, com objetivo de tumultuá-lo, dificultá-lo, frustrá-lo ou impedi-lo, atribuindo-lhe, sem quaisquer provas ou indícios, caráter duvidoso acerca de sua lisura*”.

Destaque-se que este Órgão Ministerial não se opôs à instauração do citado Inquérito, apontando, inclusive, a legalidade da instauração, ainda que sem prévia oitiva da Procuradoria-Geral da República, tendo, aliás, indicado diligências investigativas diversas das já deferidas pelo Ministro Relator.

Em face do exposto, o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA disponibiliza as informações acima colacionadas e as cópias integrais dos Procedimentos **1.00.000.014572/2021-53**, **1.00.000.018977/2021-61** e **1.00.000.021397/2020-70**.

Brasília, data da assinatura digital.

**Augusto Aras**  
Procurador-Geral da República  
Assinado digitalmente

ATS/AALT